

HABEAS CORPUS Nº 487.019 - PE (2018/0346693-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : IGOR AUGUSTO REIS LEIJOTO
ADVOGADO : IGOR AUGUSTO REIS LEIJOTO - DF058377
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : RANIERE ARAUJO LEITE MARQUES DE SA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração manejado ante decisão da lavra do Ministro Presidente que indeferiu o pedido de liminar nos seguintes termos (e-STJ fls. 61/63):

É inadmissível a impetração de habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Consoante a Súmula n. 691 do STF, "não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar", enunciado que, mutatis mutandis, é plenamente aplicável ao Superior Tribunal de Justiça.

Todavia, o afastamento desse óbice sumular não pode ser ordinariamente admitida, salvo nas hipóteses em que se evidenciar situação absolutamente teratológica e desprovida de razoabilidade, o que não se constata, ao menos em análise perfunctória, na presente impetração.

Confira-se, por oportuno, trecho da decisão do Tribunal a quo quanto à fundamentação da decretação da prisão preventiva (fls. 35-38):

É de conhecimento geral a acirrada briga existente entre famílias no Município de Floresta, a qual foi retomada após o assassinato em questão. A população vive em estado de medo constante, além da sensação de que essa 'guerra' nunca irá acabar. [...]

No histórico dos denunciados, existem diversas passagens criminais, inclusive com condenação, como autores de delitos graves, notadamente homicídios, e vários mandados de prisão expedidos em seu desfavor, visto que eles se utilizam de violência e assassinatos para a consecução de seus propósitos.

Nesse ponto, salientam-se as circunstâncias concretas dos delitos, (homicídio qualificado pelo pagamento de recompensa e uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima e associação criminosa armada), e o seu modus operandi, que demonstram o alto grau de periculosidade dos representados e a necessidade de sua custódia cautelar.

Registre-se ainda trecho de decisão interlocutória proferida pelo relator (fls. 32-34):

Na denúncia a conduta do paciente encontra-se individualizada com os seguintes termos:

"Por volta das 5h44m51s, de acordo com as filmagens, outra motocicleta, com 02 (dois) indivíduos, identificados como RAFAEL DE SOUZA MOURA, o condutor, e RANIERE ARAÚJO LEITE MARQUES DE SÁ, na garupa, que vestia camisa polo com listras brancas e vermelhas (vestimentas inclusive idênticas às suas fotografias disponibilizadas em redes sociais à época), mais uma vez estava em frente ao portão do estabelecimento, novamente de modo a esperar o melhor momento para matar a vítima.

A vítima percebeu e reconheceu os indivíduos, motivo pelo qual ligou para o seu irmão LUIZ CARLOS DE SOUZA, pedindo para que este mandasse o seu filho VINÍCIOS DE SÁ SOUZA ir busca-lo.

[...] Os executores estavam em elevado número e dividiram-se em várias equipes, utilizando-se de treinamentos e armamentos disponibilizados pela administração do grupo, composta por gentes de segurança pública.

[...] Os denunciados RANIERE, RINALDO, RAFAEL e MAURÍCIO são pistoleiros da Família Ferraz e foram contratados pela família ANJO, como troca de favores, para mediante paga de recompensa, mataram EVILÁSIO DE SOUZA SOBRINHO".

Os fundamentos do acórdão impugnado não se revelam, em princípio, desarrazoados ou ilegais, principalmente se considerada a gravidade concreta do delito, evidenciada pelo modus operandi com que o crime foi praticado – homicídio mediante paga de recompensa, divisão em equipes de agentes de segurança pública para matar a vítima em troca de favores. Essas circunstâncias denotam a potencial periculosidade do agente, a justificar a segregação cautelar como garantia da ordem pública (RHC n. 72.781/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 25/11/2016).

O Supremo Tribunal Federal já afirmou ser "idôneo o decreto de prisão preventiva quando assentado na garantia da ordem pública, ante a periculosidade do agente, evidenciada não só pela gravidade in concreto do delito, em razão de seu modus operandi, mas também, pelo risco real da reiteração delitiva" (HC n. 128.779, relator Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe de 5/10/2016).

Não havendo notícia de que Tribunal a quo tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele órgão a apreciação da matéria ventilada no habeas corpus originário, sendo defeso ao STJ adiantar-se nesse exame em detrimento da competência da instância de origem, sobretudo se o writ está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Nas razões do pedido, a defesa alega que *"merece reforma a decisão por sustentar manifesta ilegalidade, conforme pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça, que inclusive proferiu recente decisão no RHC n. 107.701/PR, quando foi concedida liminar para colocar em liberdade o ex-governador do Paraná – Carlos Alberto Richa – sob fundamento de que*

os fatos que ensejaram o decreto prisional ocorreram há aproximadamente 5 (cinco) anos, situação exatamente idêntica ao pretendido no presente Habeas Corpus" (e-STJ fl. 74).

Alega ausência de contemporaneidade dos fatos, uma vez que o suposto crime ocorreu em 26/11/2011 e a denúncia somente foi oferecida em 8/8/2018, tendo sido decretada a prisão preventiva do paciente em 9/8/2018. Afirma não haver fato contemporâneo para justificar a segregação cautelar. Aduz, ainda, ausência de descrição da conduta do paciente e de fundamentação do decreto preventivo (e-STJ fl. 74).

Reitera que o acusado é primário e policial militar do Estado de Pernambuco (e-STJ fl. 75). Assevera a possibilidade de aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal (e-STJ fl. 76).

Pleiteia a reconsideração da decisão que indeferiu a liminar para que seja concedida a ordem, colocando-se o paciente em liberdade.

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. A despeito do esforço da diligente defesa, não há como acolher o pedido de urgência.

Isso porque não vislumbro, com a clareza necessária para o acolhimento do pleito emergencial, a plausibilidade do direito vindicado, visto que o decreto de prisão, ao que parece, encontra-se justificado, mormente ao consignar que, "*no histórico dos denunciados, existem diversas passagens criminais, inclusive com condenação, como autores de delitos graves, notadamente homicídios, e vários mandados de prisão expedidos em seu desfavor, visto que eles se utilizam de violência e assassinatos para a consecução de seus propósitos*" (e-STJ fl. 37).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, sem o que não há como se verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de reconsideração.

Após o recebimento das informações solicitadas, encaminhem-se os

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

